

Publicidade Legal



ANO 60 - Nº 20.924
01 DE MARÇO DE 2024



ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139 | CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal



Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., "CCR ViaSul" ou "Companhia" ou "Concessionária", tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão nº 01/2018 ("contrato de concessão"). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquethina, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabai, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné. O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019. A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%). As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. **1.3. Destaques de 2023:** O EBITDA em 2023 cresceu 11% em relação a 2022, totalizando R\$ 280,018. Esse crescimento é explicado pelo aumento da receita de pedágio devido principalmente ao reequilíbrio contratual referente às perdas com a pandemia da Covid-19 através do mecanismo contratual denominado de Fator C, aplicável quando verificada a ampliação ou redução de receitas de pedágio ou extraordinárias ou a não utilização das verbas da Companhia que constam no Contrato 001/2019. A principal obra da Companhia é a duplicação da BR-386/RS iniciada em 2021 e, até o ano 18º da concessão será concluída a duplicação de 165 quilômetros entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS, abrangendo um dos mais importantes corredores da produção do Rio Grande do Sul. Em 2023 foram entregues 5,4km de duplicação e 6,9 km de vias marginais e foram iniciadas as obras de duplicação do trecho de 25,6km entre os municípios de Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS, (km 243+600 ao km 269+200), com previsão de conclusão em fevereiro de 2025. Em 2023 foram entregues as obras de reforço e alargamento de 5 obras de artes especiais- OAEs (Mampituba e Sanga Funda na BR-101, Canal DNOS II Leste e Oeste na BR-290 e Arroio Concorórdia na BR-386), e 1 interconexão tipo Parclo no km 98 da BR-290, além das passarelas nos kms 20+000, km 22+500 e km 85+500 da BR-101 e no km 94-900 da BR-290. Estão em andamento as obras de implantação de 4 interconexões na BR-386 (Trombeta no km 354, Trevo completo no km 392, e Parcos no km 427 e 441), 08 interconexões ao longo da BR-101, 2 acessos no km 3+800 e km 4+100, 4 retornos nos kms 6+850, 9+570, 19+360, e km 31+800, Diamante no km 39+720 e Parclo no km 69+600. Além disso, estão em execução 3 passarelas na BR-290 (km 69+350, km 71+000 e km 98+100), 3 passarelas na BR-386 (km 385+100, km 386+550 e km 436+000), e 7 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 74 L/O, km 76 L/O, km 84 O e km 88L/O). Adicionalmente, a Companhia continua a executar obras de restauração de pavimento nas 4 rodovias por ela administrada, inclusive em pavimento de concreto nas BR-101/RS e BR-290/RS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Desempenhos: Em 2023 a Companhia obteve um aumento no resultado de 4,67% no lucro líquido em relação a 2022, devido principalmente pelo aumento da receita decorrente da retomada da atividade econômica pós pandemia da covid-19.

Em R\$ mil	2023	2022	Δ%
Receita líquida	1.003.021	862.254	16,33%
Receita de pedágio	547.683	470.194	16,48%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	502.608	432.620	16,18%
Outras receitas	251	255	-1,57%
(-) Deduções da receita bruta	(47.521)	(40.815)	16,43%
(-) Custos e despesas (a)	(762.051)	(639.329)	19,20%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(502.608)	(432.620)	16,18%
Demais custos e despesas	(259.443)	(206.709)	25,51%
Resultado antes Resultado Financeiro (+/-)	240.970	222.925	8,09%
(+) Resultado financeiro líquido	(10.932)	18.655	-158,60%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(50.791)	(53.550)	-5,15%
Lucro líquido	179.247	188.030	-4,67%
(-) Resultado financeiro líquido	10.932	(18.655)	-158,60%
(+) Imposto de renda e contribuição social	50.791	53.550	-5,15%
EBIT (b)	240.970	222.925	8,09%
Margem EBIT	24,0%	25,9%	-7,08%
(+) Provisão de manutenção	33.628	8.970	274,89%
EBIT Ajustado	274.598	231.895	18,41%
Margem EBIT ajustada (c)	54,9%	54,0%	1,67%
(+) Depreciação/amortização	39.048	29.277	33,37%
EBITDA (b)	280.018	252.202	11,03%
Margem EBITDA	27,9%	29,2%	-4,55%
EBITDA ajustado	313.646	261.172	20,09%
Margem EBITDA ajustada (d)	62,7%	60,8%	3,11%
Dívida líquida s/EBITDA	2,45	-	100,00%
Investimentos (e)	(493.120)	(433.858)	44,87%
Veículos equivalentes (em milhares)	97.141	92.375	5,16%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas; (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/2022; (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção; (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção; (e) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2023. **2.1.1. Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A tarifa vigente, para o período de 7 de abril de 2023 a 14 de fevereiro de 2024 é de R\$ 5,80, conforme deliberação nº 99 de 03 de abril de 2023. Em 2023, o total de veículos pedagiados foi de 55.601.591 ou 97.140.993 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio, crescimento de 5,2% em relação a 2022.

Em Unidades	2023	2022	Δ%
Veículos leves	42.722.963	39.685.213	7,7%
Veículos pesados (Veq ¹)	54.418.030	52.690.265	3,3%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	97.140.993	92.375.478	5,2%

A receita operacional da Companhia em 2023, considerando a receita de pedágio, receita acessória e receita de construção, totalizou R\$ 1.050.542.

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Receita de pedágio	547.683	470.194	16,5%
Receita de construção	502.608	432.620	16,2%
Receitas acessórias	251	255	-1,6%
Receita Bruta Total	1.050.542	903.069	16,3%

Receita operacional: A receita de pedágio em 2023 totalizou R\$ 547.683, um crescimento de 16,5% em relação a 2022, incremento devido ao aumento do tráfego de 5,2%, decorrente da retomada da atividade econômica após pandemia da Covid-19, e pelo reajuste da tarifa básica de pedágio ocorrido em março de 2023, que passou de R\$ 5,20 para R\$ 5,80. **Receita de construção:** No ano 2023 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 16,2% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos. **2.1.2. Custos e Despesas Totais:** Os custos totais em 2023 foram de R\$ 762.051 dos quais R\$ 259.443 são custos operacionais e R\$ 502.608 são custos de construção.

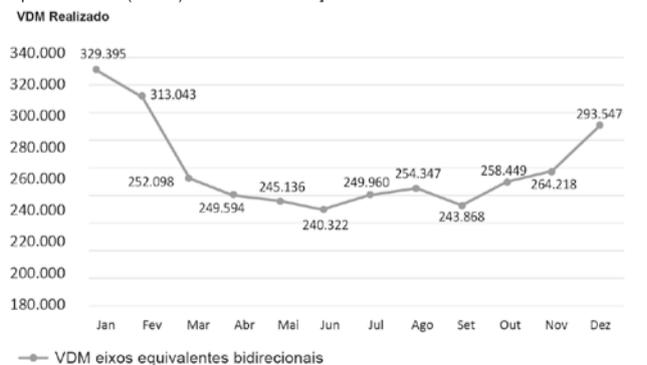
Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Custo de construção	(502.608)	(432.620)	16,2%
Custos e despesas com pessoal	(69.106)	(59.828)	15,5%
Materiais, equipamentos e veículos	(17.677)	(17.171)	2,9%
Serviços de terceiros	(60.824)	(55.647)	9,3%
Custos contratuais	(18.720)	(17.519)	6,9%
Provisão de manutenção	(33.628)	(8.970)	274,9%
Depreciação e amortização	(39.048)	(29.277)	33,4%
Outros custos operacionais	(20.440)	(18.297)	11,7%
Total Custos e Despesas	(762.051)	(639.329)	19,2%

Custo de construção: No ano 2023 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 16,2% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos. **Custo e despesas com pessoal:** No ano 2023, a companhia conta com 821 colaboradores, o custo de pessoal é maior em 15,5% devido ao reajuste anual dos salários e dos benefícios, e aumento de despesas administrativas pelo repasse de custos do CSC - Centro de Serviços Compartilhados. **Materiais, equipamentos e veículos:** Em 2023 a Companhia implantou o sistema de monitoramento do tráfego por câmeras, reduzindo o monitoramento por veículos operacionais resultando na redução de 10% nos custos de combustível. **Serviços de terceiros:** Aumento de 9,3% na manutenção dos equipamentos e sistemas da rodovia, principalmente rede de comunicação viária, manutenção dos radares implantados em 2023, na balança ou posto de pesagem veicular e manutenção no centro de controle operacional - CCO. **Custos contratuais:** São obrigações estabelecidas no contrato de concessão: a verba de fiscalização paga à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) reajustada anualmente pelo IPCA, e seguros patrimonial (*all risks*) e seguro de responsabilidade civil e garantia. **Provisão de manutenção:** Os custos de manutenção são decorrentes do pavimento provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. Até 31 de dezembro de 2021 essa provisão considerava o ciclo de manutenção a cada 8 anos, e em 2022 foi registrado uma reversão de provisão. **Depreciação e amortização:** Aumento de depreciação e amortização em 2023 devido as finalizações de obras e investimentos, detalhadas no item 2.1.2 Investimentos. **Outros custos operacionais:** O aumento de 11,7% é principalmente despesas gerais administrativas decorrente dos repasses de custos do CSC - Centro de Serviços Compartilhados. **2.1.3. Investimentos:** Em 2023, os investimentos realizados totalizaram R\$ 527.927, um aumento de 15,8% em relação a 2022. Destacamos a finalização das obras de reforço e alargamento de cinco obras de artes especiais- OAEs (Mampituba e Sanga Funda na BR-101, Canal DNOS II Leste e Oeste na BR-290 e Arroio Concorórdia na BR-386), uma interconexão tipo Parclo no km 98 da BR-290, das passarelas nos kms 20+000, km 22+500 e km 85+500 da BR-101 e no km 94+900 da BR-290 além da obra de duplicação e obras de vias marginais da BR386 concluídas 5,4 km em andamento. Estão em andamento as obras de implantação de 4 interconexões na BR-386 (Trombeta no km 354, Trevo completo no km 392, e Parcos nos kms 427 e 441), 08 interconexões ao longo da BR-101, 2 Acessos no km 3+800 e km 4+100, 4 retornos nos kms 6+850, 9+570, 19+360, e km 31+800, Diamante no km 39+720 e Parclo no km 69+600. Além disso, estão em execução 3 passarelas na BR-290 (km 69+350, km 71+000 e km 98+100), 3 passarelas na BR-386 (km 385+100, km 386+550 e km 436+000), e 7 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 74 L/O, km 76 L/O, km 84 O e km 88L/O).

Investimentos	2023	2022
Praças de pedágio/bases/SAU/PPV	953	5.793
Serviços no pavimento	179.021	88.503
Sinalização e elementos de proteção e segurança	76.049	61.002
Obras de arte especiais	40.541	9.988
Drenagem e obra de arte corrente	1.221	3.164
Obras de ampliação de capacidade	3.003	392
Obras de implantação de vias, interseção e outros	199.837	255.125
Sistemas e outros imobilizados	27.302	31.994
Total (1)	527.927	455.961

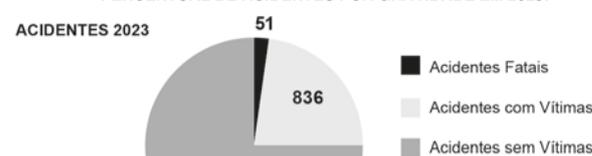
(1) Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período.

2.1.4. Captações de Recursos: Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 com remuneração de IPCA + 4,60% a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 172.000, e em fevereiro de 2023, o montante de R\$ 50.000, totalizando o valor bruto de R\$222.000 ou R\$206.282 líquido de custo de transação referentes ao IOF e a estruturação da dívida. Em setembro de 2023, a companhia contratou uma dívida suplementar junto ao BNDES para viabilizar a continuidade nas obras de ampliação da capacidade de tráfego no total de R\$1.450.000 sendo R\$900.000 subscrição de debênture, coordenada pelo BNDES remuneradas com o IPCA + 6,7% liquidadas em 03 de outubro de 2023; R\$300.000 Finem com remuneração de IPCA + 7,78% e R\$ 250.000 de backstop remunerados a IPCA + 9,27%, esse tipo de financiamento fica disponível em caráter facultativo e funciona como um incentivo para que a Concessionária busque alternativas no mercado. **2.1.5. Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2023 foi de R\$ 402.612 e em 2022 foi de R\$ 355.065, representando 40,1% e 41,2% da receita operacional líquida, respectivamente. **2.1.6. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 23 de outubro, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 51.371 referente aos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2023. Na mesma data foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 17.908 referente ao resultado *pro rata die* de movimentações ocorridas até 30 de setembro de 2022, ambos os pagamentos ocorreram em 27 de outubro de 2023. Em 19 de dezembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 75.865 calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2022 acrescida ou reduzida de movimentações ocorridas em 2023, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado. **2.1.7. Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil. O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia da Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. **2.1.8. Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2023 a Auditoria de Recertificação das certificações ISO 9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. **2.1.9. Recursos Humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 821 pessoas de forma direta, das quais, 342 pessoas foram contratadas em 2023. **3. Indicadores Operacionais: 3.1. Caracterização do Tráfego: 3.1.1. Volume:** No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Anual (VDMA) de 266.871. **Varição mensal do volume no ano base:**



3.2. Segurança no Trânsito: 3.2.1. Acidentes: Os gráficos apresentam as estatísticas dos acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2023.

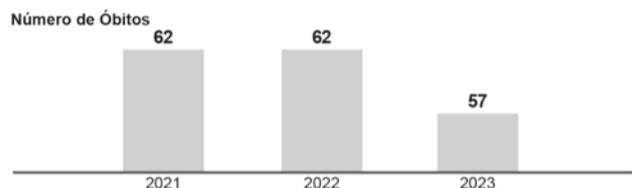
PERCENTUAL DE ACIDENTES POR GRAVIDADE EM 2023:



PERCENTUAL DE ACIDENTES POR TIPO EM 2023



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. O número de mortos em 2023 quando comparado a 2022, reduziu 8%.



3.3. Dados de Operação da Concessão: 3.3.1. Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	11	3
Guincho leve	13	3
Guincho pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão boia-deiro	3	1
Cesto aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	54	13
Administração	39	8
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	12	3
Faixa de domínio	0	0
Total de veículos de apoio	53	11
Total	107	24

No exercício de 2023, foram registrados 105.192 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), um aumento de 8% quando comparado a 2023. **3.3.2. Funcionários Alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipos de funcionários alocados na concessão	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Gerente de comunicação	1	0,04
Gerente operações + coordenador operações	3	0,11
Gerente planejamento e controle	1	0,04
Gerente SGI	1	0,04
Gerente executivo contrato de concessão	-	-
Conservação de rotina	13	0,49
CCO	37	1,39
Engenharia	68	2,55
Tecnologia e manutenção	32	1,20
Administrativo (+ auxiliar serviços gerais)	87	3,26
Tráfego	107	4,01
Arrecadação	429	16,08
Pesagem	42	1,57
Total Geral	821	30,78

3.4. Aspectos Financeiros: Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2023, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019. **3.4.1. Receita:** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados. **3.4.2. Investimentos:**

	Em 2023	Acumulado
Receitas de pedágio	547.683	1.962.294
Receitas acessórias	251	823
Total de receitas	547.934	1.963.117

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2023	Acumulado
Adição do intangível	504.794	1.751.505
Aquisição de imobilizado	23.133	148.099
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	527.927	1.899.604

	Em 2023	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	202.077	666.451
Despesas Operacionais	58.270	179.849
Total Custos e Despesas Operacionais	260.100	846.053

3.4.3. ISS pagos: A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

|--|

continuação Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

3.4.5 Tarifas: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 5,80 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de pedágio	Categoria de veículos													
	Cobrança	AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Três Cachoeiras	5,80	1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Santo Antônio da Patrulha	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Gravatá	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Montenegro	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Paverama	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Fontoura Xavier	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Vitor Graef	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90

3.4.6. Companhia em Números

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	55.601.591	
Veículos leves	42.075.184	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	758.540	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	5,80	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	266.871	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	101	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD>=45 para BR-290/RS	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	VDR>=47 para BR-101/386/448/SC	
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	547.561	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	39.048	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente
Caixa e equivalentes de caixa	766.753	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	2.755.306	
Série Histórica dos Investimentos	1.902.119	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	792	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	697	
Administrativo	95	
Despesas de Pessoal	69.106	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	44.611	
Administrativo	24.495	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	49.548	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	14.087	
Outras Despesas	3.572	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	3.256
Acidentes c/ vítimas feridas	836
Acidentes s/ vítimas	2.369
Acidentes c/ mortos	51
Vítimas feridas	1.201
Mortos	57

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 5,80	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção
Custo por veículo	R\$ 2,68	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção

Balanco social

	2023	2022
Faturamento bruto	1.050.542	903.069
Receita líquida (RL)	1.003.021	862.254
Resultado operacional (RO)	240.970	222.925
Folha de pagamento bruta (FPB)	69.106	59.828

Indicadores sociais internos

	2023	% Sobre FPB - 2023	% sobre RL - 2023
Alimentação	4.900	7,09%	0,49%
Encargos sociais	18.519	26,80%	1,85%
Previdência Privada	203	0,29%	0,02%
Saúde	3.662	5,30%	0,37%
Capacitação e desenvolvimento profissional	248	0,36%	0,02%
Creches ou auxílio creches	357	0,52%	0,04%
Participação dos lucros ou resultados	9.014	13,04%	0,90%
Outros	5.916	8,56%	0,59%
Total - Indicadores Sociais Internos	42.819	71,57%	4,97%

Indicadores sociais externos

	2023	% Sobre FPB - 2023	% sobre RL - 2023
Tributos (exceto encargos sociais)	107.300	155,27%	10,70%
Total - Indicadores sociais externos	107.300	179,35%	12,44%

Indicadores ambientais

	2023	2022
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	100	120
Investimentos em programas, relacionados as obras e/ou projetos externos	10.964	2.787
Total de investimentos em meio ambiente	11.064	2.907

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

() Não possui metas
() Cumpre de 0 a 50%
() Cumpre de 50 a 75%
(x) Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional

	2023	2022
Nº de colaboradores ao final do período	821	822
Tempo de serviço até seis meses	31%	31%
de seis meses a um ano	11%	17%
entre um e dois anos	23%	18%
entre dois e cinco anos	34%	33%
mais de cinco anos	1%	2%
Nº de admissões durante o período	342	395
Nº de demissões durante o período	466	444
Nº de colaboradores terceirizados	1.583	2.140
Nº de estagiários (as)	3	3
Nº de colaboradores com até 18 anos	7	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	223	245
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	460	469
Nº de colaboradores acima de 45 anos	131	106
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	467	479
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	1%	1%
Remuneração paga a mulheres no período	863	853
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	52	57
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	3	1
Total de horas extras trabalhadas	10.577	3.406
Total de INSS pagos	10.088	7.801
Total de FGTS pago	2.858	2.175
Total de IR recolhido no período	43.338	39.669
Total de CSLL recolhido no período	16.564	15.065
Total de PIS recolhido no período	3.564	3.070
Total de COFINS recolhidos no período	16.450	14.170
Total de outros tributos recolhidos no período	27.384	23.460

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2,4%	1,2%
Número total de acidentes de trabalho	15	16

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

() direção
(X) direção e gerências
() todos os colaboradores
(X) direção e gerências
() todos os colaboradores
() todos + CIPA

Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:

() não se envolve
(X) segue as normas da OIT
() incentiva as normas da OIT
() direção
() direção e gerências
(X) todos os colaboradores
() direção
() direção e gerências
(X) todos os colaboradores
() não são considerados
() são sugeridos
(X) são exigidos
() não se envolve
() apoia
(X) organiza e incentiva

A previdência privada contempla:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

Quando à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

% de reclamações e críticas solucionadas: 100% 100%
Valor adicionado total a distribuir (39.048) (29.277)
Distribuição do Valor Adicionado

% governo 27% 29%
% acionistas 45% 53%
% colaboradores 15% 15%
% terceiros 14% 4%

4. Demais Assuntos: 4.1. Governança Corporativa: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **4.2. ESG:** A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo CCR, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessoria, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com stakeholders, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente

(ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTI), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de sustentabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social do Grupo CCR. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse: <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3. Iniciativas Voluntárias: O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade; • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável; • Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor; • Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa; • Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor; • Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • Science Based Targets Initiative (SBTI): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. **4.4. Instituto CCR:** O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários. Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo CCR beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Filpelô (Festa Literária Internacional do Louriço) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas. O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos. O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas. O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos. Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população. O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.5. Considerações Finais: 4.5.1. Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.5.2. Cláusula Compromissória: A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social. **4.5.3. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **4.5.4. Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023		2022		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Circulante		819.230	237.800			Circulante		280.558	138.255		
Caixa e equivalentes de caixa	6	447.400	201.608			Debêntures	14	13.187	-		
Aplicações financeiras	6	319.353	222			Financiamento	13	1.825	845		
Contas a receber das operações	7.1	33.262	23.251			Fornecedores	12	124.394	70.905		
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.717	2.035			Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	48.005	19.435		
Tributos a recuperar		9.442	7.418			Imposto de renda e contribuição social		3.670	6.216		
Adiantamentos a fornecedores		478	62			Impostos e contribuições a recolher		11.426	8.700		
Despesas antecipadas e outros créditos		6.578	3.204			Obrigações sociais e trabalhistas		10.033	10.682		
Não circulante		1.936.076	1.383.364			Obrigações com o Poder Concedente		1.138	1.076		
Realizável a longo prazo						Passivo de arrendamento		1.747	1.788		
Aplicações financeiras	6	15.541	-			Juros sobre capital próprio a pagar	9	64.486	17.908		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	15.042	5.931			Outras obrigações		647	700		
Depósitos judiciais		3.374	1.695			Não circulante		1.180.494	192.245		
Imobilizado						Debêntures	14	902.737	-		
Intangível	11	1.015.992	714.661			Financiamento	13	216.468	162.823		
Infraestrutura em construção	11	735.513	532.050			Fornecedores	12	3.231	5.909		
Direito de uso em arrendamento		2.515	4.061			Pis e Cofins diferidos		28	19		

continuação		Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00							
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)							DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)		
Nota	Reserva de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total	Nota	2023	2022
	Capital social	Legal	Retenção de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2022									
Lucro líquido do exercício	1.188.456	20.122	40.021	-	-	-	-	1.248.599	-
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2022	-	-	(40.021)	-	-	-	-	188.030	(40.021)
Destinações:									
Reserva legal	-	9.402	-	-	-	-	-	(9.402)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 21 de outubro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	(25.698)	(25.698)
Juros sobre capital próprio em 21 de outubro de 2022 (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	(50.301)	(50.301)
Juros sobre capital próprio em 21 de outubro de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	-	-	-	(8.877)	(8.877)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	(17.908)	(17.908)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	-	-	-	(3.160)	(3.160)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	48.421	-	-	-	(48.421)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	24.263	-	-	-	-	(24.263)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.188.456	29.524	24.263	48.421	-	-	-	1.290.664	-
Lucro líquido do exercício	17.6	-	-	-	-	-	-	179.247	179.247
Dividendo adicional proposto pago em 23 de outubro de 2023	17.4	-	-	(48.421)	-	-	-	(48.421)	-
Destinações:									
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de outubro de 2023	17.4	-	-	-	-	-	-	(51.370)	(51.370)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2023 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	-	(64.486)	(64.486)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2023 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	-	(11.380)	(11.380)
Reserva legal	17.2	8.962	-	-	-	-	-	(8.962)	-
Reserva de retenção de lucros	17.3	-	43.049	-	-	-	-	(43.049)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.188.456	38.486	67.312	-	-	-	-	1.294.254	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato: No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não exclutentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa; (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
- Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela

taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. **Receitas de construção:** segundo a ICPD 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que prevêm as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 18. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério, se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)		
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	179.247	188.030
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	179.247	188.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Receitas		1.055.497	903.069
Receitas operacionais	18	1.050.542	903.069
Juros capitalizados		4.955	-
Insunhos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(502.608)	(432.620)
Provisão de manutenção	16	(33.628)	(8.970)
Custos dos serviços prestados		(90.446)	(85.354)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.923)	(20.368)
Valor adicionado bruto		405.892	355.757
Depreciação e amortização		(39.048)	(29.277)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		366.844	326.480
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	35.768	28.585
Valor adicionado total a distribuir		402.612	355.065
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		40.213	36.972
Benefícios		14.711	11.688
FGTS		2.858	2.175
Outras		1.236	1.192
Tributos			
Federais		81.135	78.683
Estaduais		278	320
Municipais		27.404	23.496
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		51.436	9.869
Aluguéis		4.094	2.640
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e juros sobre capital próprio	17.4 e 17.5	127.236	154.365
Lucros retidos do exercício		52.011	33.665
		402.612	355.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretiza-

continua

